

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA COCEL – 24/09/2020

Aos 24 dias do mês de setembro de 2020, nas dependências da COCEL, reuniram-se os seguintes membros do Conselho de Consumidores: Sr. Luiz Antonio Chiquitti (Titular da Classe Industrial); Sr. Hugo Ruthes (Titular da Classe Rural), Sr. Irineu Karachenski (Suplente da Classe Rural); Sr. Cassio Garrett (Titular da Classe Residencial), Sr. Joel Silva (Suplente da Classe Residencial); Sr. Antonio de Andrade (Titular da Classe Comercial), Sr. Marcelo Miguel Brolhani (Suplente da Classe Comercial); Srta. Bárbara Lunardon (Secretária Executiva Suplente) e o Sr. Eder Franquito da Costa (Titular da Classe Poder Público) e o Sr. José Henrique Torres (Suplente da Classe Industrial) participaram da reunião de forma *on line*, através da plataforma Skype.

A reunião iniciou com a apresentação dos dados referentes aos montantes de compra e venda de energia da Cotel nos últimos meses, atendendo solicitação dos conselheiros manifestada na reunião anterior. Os dados compilados pelo diretor técnico da Cotel, Sr. Carlos Krzyzanovski, são os seguintes:

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	Total
Contrato	7.030.909	6.689.346	7.047.942	6.779.590	6.677.128	6.808.722	6.808.175	7.020.202	54.862.014
Medido	6.241.023	6.183.506	6.339.680	5.683.685	5.341.702	5.446.978	6.356.023	6.655.742	48.248.339
Diferença	789.886	505.840	708.262	1.095.905	1.335.426	1.361.744	452.152	364.460	

De acordo com as informações fornecidas pelo Sr. Krzyzanovski, o contrato de compra de energia da Cotel permite a oscilação de até 20% sem pagamento de multa, e se a Companhia não ultrapassar o limite (de 20% para mais ou para menos), paga apenas a energia consumida. O diretor informou que a Companhia analisou a possibilidade de venda da energia excedente no mercado livre, mas considerou que não seria uma alternativa viável devido ao grande risco e por não ter ultrapassado o limite de variação previsto no contrato. Também foi esclarecido que o modelo de contrato de compra de energia firmado pela Cotel tem diferenças dos contratos dos consumidores finais que migraram para o mercado livre de energia, pois a concessionária tem obrigações de compra de cotas de energia produzidas pelas Usinas de Itaipu, Angra I e II, entre outras – enquanto os consumidores finais não têm esta obrigação. Sobre o assunto, o Sr. Torres comentou que no período crítico da pandemia da COVID-19 havia energia em excesso, fazendo com que o preço de venda no mercado de curto prazo reduzisse – conforme análise do conselheiro, além do risco a Cotel teria perdido dinheiro se tivesse optado por vender a energia excedente.

Em seguida, os conselheiros discutiram sobre a Medida Provisória 998, que entre outras medidas prevê a utilização de recursos que seriam destinados a programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de eficiência energética (PEE) passem a ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – fundo setorial que custeia diversos subsídios, como tarifa social e tarifa rural. A MP prevê ainda o fim de subsídios às fontes de energia renováveis e o uso de recursos da CDE e da Reserva Global de Reversão (RGR) para reduzir o impacto do reajuste tarifário das distribuidoras da Eletrobras que foram privatizadas, beneficiando estados das regiões Norte e Nordeste. A MP já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas vem sendo alvo de críticas de instituições de pesquisa e ensino e de outros agentes ligados ao setor. A MP será encaminhada para aprovação do Senado e o Conselho pretende enviar uma carta aos senadores manifestando a opinião do grupo sobre o tema. Também está em discussão na Câmara dos Deputados o



“Código Brasileiro de Energia Elétrica”. O prazo para envio de emendas ao texto proposto pelo novo código foi prorrogado até 09/10/20 e os conselheiros também manifestaram o desejo de enviar contribuições. Nas duas contribuições, os conselheiros têm o objetivo de envolver diretamente as federações, associações e sindicatos que representam.

A secretária informou aos conselheiros o valor a ser disponibilizado ao Conselho de Consumidores no ano de 2021: total de R\$ 86.658,94 – valor atualizado pelo contador da Companhia, Sr. Luciano Klos. O Plano Anual de Atividades e Metas (PAM) para o próximo ano será discutido pelos conselheiros e a versão final deverá ser definida na próxima reunião. Também foi informado aos conselheiros que em 2021 a Cotel passa pelo processo de revisão tarifária, desta forma os valores não utilizados pelo Conselho até 31/12/2020 (incluindo o saldo acumulado de valores não utilizados em anos anteriores) será utilizado para modicidade tarifária, conforme previsto na Resolução ANEEL 451/2020.

Em seguida os conselheiros discutiram as contribuições para a Consulta Pública 48/2020 promovida pela ANEEL com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da proposta de revisão da Resolução Normativa 787/2020, que trata da avaliação da qualidade dos sistemas de governança corporativa dos agentes de distribuição de energia elétrica. A versão final da contribuição feita pelo Conselho foi aprovada por todos os membros que participaram da reunião. As contribuições tiveram como principal objetivo aumentar a representatividade do Conselho de Consumidores na administração da Companhia e também aumentar a participação dos acionistas minoritários.

Por fim, o Sr. Ruthes informou que um consumidor da classe de consumo rural elogiou o atendimento da Cotel. O consumidor fez solicitação de nova ligação e considerou o atendimento da Companhia rápido e eficiente.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, a qual vai assinada por todos os presentes.

Presidente: Hugo Ruthes

Membros: Luiz Antonio Chiquitti
José Henrique Torres Xavier
Irineu Karachenski
Cassio Garrett
Joel Silva
Eder Franquito da Costa
Marcelo Miguel Brolhani
Antonio de Andrade

Secretária executiva: Bárbara Lunardon